



**Alan Mario Zuffo**  
**(Organizador)**

**A produção  
do Conhecimento  
nas Ciências  
Agrárias e Ambientais 4**

**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Alan Mario Zuffo**  
(Organizador)

**A produção do Conhecimento nas Ciências  
Agrárias e Ambientais**  
**4**

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências agrárias e ambientais 4  
[recurso eletrônico] / Organizador Alan Mario Zuffo. – Ponta  
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do  
Conhecimento nas Ciências Agrárias e Ambientais; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-287-6

DOI 10.22533/at.ed.876192604

1. Agronomia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa –  
Brasil. I. Zuffo, Alan Mario. II. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A obra “A produção do Conhecimento nas Ciências Agrárias e Ambientais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seu IV volume, apresenta, em seus 27 capítulos, com conhecimentos científicos nas áreas agrárias e ambientais.

Os conhecimentos nas ciências estão em constante avanços. E, as áreas das ciências agrárias e ambientais são importantes para garantir a produtividade das culturas de forma sustentável. O desenvolvimento econômico sustentável é conseguido por meio de novos conhecimentos tecnológicos. Esses campos de conhecimento são importantes no âmbito das pesquisas científicas atuais, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

Para alimentar as futuras gerações são necessários que aumente à quantidade da produção de alimentos, bem como a intensificação sustentável da produção de acordo como o uso mais eficiente dos recursos existentes na biodiversidade.

Este volume dedicado às áreas de conhecimento nas ciências agrárias e ambientais. As transformações tecnológicas dessas áreas são possíveis devido o aprimoramento constante, com base na produção de novos conhecimentos científicos.

Aos autores dos diversos capítulos, pela dedicação e esforços sem limites, que viabilizaram esta obra que retrata os recentes avanços científicos e tecnológicos, os agradecimentos do Organizador e da Atena Editora.

Por fim, esperamos que este livro possa colaborar e instigar mais estudantes, pesquisadores e entusiastas na constante busca de novas tecnologias para as ciências agrárias e ambientais, assim, garantir perspectivas de solução para a produção de alimentos para as futuras gerações de forma sustentável.

Alan Mario Zuffo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
INFLUÊNCIA DO TIPO DE SOLVENTE NA ACEITABILIDADE DE LICOR DE BETERRABA	
<i>Gerônimo Goulart Reyes Barbosa</i> <i>Rosane da Silva Rodrigues</i> <i>Maria Eduarda Ribeiro da Rocha</i> <i>Diego Araújo da Costa</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8761926041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
INOCULAÇÃO DE SEMENTES COM <i>Azospirillum brasilense</i> E ADUBAÇÃO NITROGENADA EM CULTIVARES DE ARROZ DE TERRAS ALTAS IRRIGADOS POR ASPERSÃO: SAFRA 2013/14	
<i>Mayara Rodrigues</i> <i>Orivaldo Arf</i> <i>Nayara Fernanda Siviero Garcia</i> <i>Ricardo Antônio Ferreira Rodrigues</i> <i>Amanda Ribeiro Peres</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8761926042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>15</b>
LEVANTAMENTO POPULACIONAL DE BROQUEADORES DE MADEIRA VIVA NO NORTE MATO-GROSSENSE	
<i>Tamires Silva Duarte</i> <i>Janaina de Nadai Corassa</i> <i>Carlos Alberto Hector Flechtmann</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8761926043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
MACARRÃO TIPO TALHARIM COM SUBSTITUIÇÃO PARCIAL DE FARINHA DE TRIGO POR FARINHA DE MESOCARPO DE BABAÇU ( <i>Orbignya SP.</i> )	
<i>Eloneida Aparecida Camili</i> <i>Natalia Venâncio de Assis</i> <i>Priscila Becker Siquiera</i> <i>Thais Hernandez</i> <i>Luciane Yuri Yoshiara</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8761926044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
MÉTODOS BÁSICOS PARA EXPERIMENTAÇÃO EM NEMATOLOGIA	
<i>Dablieny Hellen Garcia Souza</i> <i>Juliana Yuriko Habitzreuter Fujimoto</i> <i>Odair José Kuhn</i> <i>Eloisa Lorenzetti</i> <i>Adrieli Luisa Ritt</i> <i>Vanessa de Oliveira Faria</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8761926045</b>	

**CAPÍTULO 6 ..... 54**

**MODELOS DE PREDIÇÃO DA ÁREA FOLIAR DE UMBUZEIRO**

*Fábio Santos Matos*  
*Anderson Rodrigo da Silva*  
*Victor Luiz Gonçalves Pereira*  
*Michelle Cristina Honório Souza*  
*Winy Kelly Lima Pires*  
*Kamila Gabriela Simão*  
*Igor Alberto Silvestre Freitas*

**DOI 10.22533/at.ed.8761926046**

**CAPÍTULO 7 ..... 63**

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS E SUSTENTABILIDADE DOS AGROECOSSISTEMAS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DE FUNDO DE PASTO**

*Victor Leonam Aguiar de Moraes*  
*Clecia Simone Gonçalves Rosa Pacheco*  
*Bruna Silva Ribeiro de Moraes*

**DOI 10.22533/at.ed.8761926047**

**CAPÍTULO 8 ..... 90**

**O CONHECIMENTO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CIDADE “DORMITÓRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA**

*Daniel Lucino Silva dos Santos*  
*Graciella Corcioli*  
*Yamira Rodrigues de Souza Barbosa*

**DOI 10.22533/at.ed.8761926048**

**CAPÍTULO 9 ..... 104**

**O PAPEL DE CIANOBACTÉRIAS E MICROALGAS COMO BIOFERTILIZANTES PARA PRODUÇÃO AGRÍCOLA**

*Marcos Gabriel Moreira Xavier*  
*Claudineia Lizieri dos Santos*

**DOI 10.22533/at.ed.8761926049**

**CAPÍTULO 10 ..... 120**

**O RESÍDUO DE IMAZAPIR+IMAZAPIQUE EM ÁREA DE ARROZ IRRIGADO AFETA O CRESCIMENTO RADICULAR INICIAL EM SOJA INDEPENDENTE DO CULTIVO DE AZEVÉM NA ENTRESSAFRA**

*Maurício Limberger de Oliveira*  
*Enio Marchesan*  
*Camille Flores Soares*  
*Alisson Guilherme Fleck*  
*Júlia Gomes Farias*  
*André da Rosa Ulguim*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260410**

**CAPÍTULO 11 ..... 127**

**O USO DA CROMATOGRAFIA DE PAPEL COMO FERRAMENTA INVESTIGATIVA DAS CONDIÇÕES DO SOLO**

*Alini de Almeida*

*Edinéia Paula Sartori Schmitz*  
*Hugo Franciscon*  
*Gisele Louro Peres*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260411**

**CAPÍTULO 12 ..... 143**

O USO PÚBLICO PARA FINS TURÍSTICOS NA APA PIQUIRI-UNA (APAPU): UMA ANÁLISE DAS REUNIÕES DO CONSELHO GESTOR

*Radna Rayanne Lima Teixeira*  
*Ana Neri da Paz Justino*  
*Anísia Karla de Lima Galvão*  
*Fellipe José Silva Ferreira*  
*Paula Normandia Moreira Brumatti*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260412**

**CAPÍTULO 13 ..... 158**

OBTENÇÃO DO DNA GENÔMICO DE *CYPHOCHARAX* VOGA E *OLIGOSARCUS JENYNSII* ATRAVÉS DE PROTOCOLO “IN HOUSE”

*Welinton Schröder Reinke*  
*Daiane Machado Souza*  
*Suzane Fonseca Freitas*  
*Rodrigo Ribeiro Bezerra De Oliveira*  
*Paulo Leonardo Silva Oliveira*  
*Deivid Luan Roloff Retzlaff*  
*Luana Lemes Mendes*  
*Heden Luiz Maques Moreira*  
*Carla Giovane Ávila Moreira*  
*Rafael Aldrighi Tavares*  
*Juvêncio Luis Osório Fernandes Pouey*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260413**

**CAPÍTULO 14 ..... 164**

OBTENÇÃO E CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA E CITOTÓXICA DA FARINHA DO FRUTO DO JUÁ (*Zizyphus joazeiro mart*): UM ESTUDO PRELIMINAR PARA USO EM SISTEMAS ALIMENTÍCIOS

*Gilmar Freire da Costa*  
*Erivane Oliveira da Silva*  
*Juliana Lopes de Lima*  
*Viviane de Oliveira Andrade*  
*Maria de Fátima Clementino*  
*José Sergio de Sousa*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260414**

**CAPÍTULO 15 ..... 170**

ORGÂNICA OU TRANSGÊNICA: COMO SERÁ A COMIDA DO FUTURO?

*Simone Yukimi Kunimoto*  
*Natália Ibrahim Barbosa Schrader*  
*Leandro Tortosa Sequeira*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260415**

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>186</b>
OS IMPACTOS AMBIENTAIS DA PECUÁRIA SOBRE OS SOLOS E A VEGETAÇÃO	
<i>Tiago Schuch Lemos Venzke</i>	
<i>Pablo Miguel</i>	
<i>Luis Fernando Spinelli Pinto</i>	
<i>Jeferson Diego Liedemer</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.87619260416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>201</b>
PANORAMA DOS ESTUDOS SOBRE DECOMPOSIÇÃO EM ECOSISTEMAS FLORESTAIS	
<i>Monique Pimentel Lagemann</i>	
<i>Grasiele Dick</i>	
<i>Mauro Valdir Schumacher</i>	
<i>Hamilton Luiz Munari Vogel</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.87619260417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>213</b>
PAPEL KRAFT: UMA ALTERNATIVA PARA O CONTROLE DE PLANTAS DANINHAS NO CULTIVO DA ALFACE	
<i>Luiz Fernando Favarato</i>	
<i>Frederico Jacob Eutrópio</i>	
<i>Rogério Carvalho Guarçoni</i>	
<i>Mírian Piassi</i>	
<i>Lidiane Mendes</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.87619260418</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>221</b>
PAPEL SOCIAL OU DEMANDA DE MERCADO? A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL EMPRESARIAL DAS EMPRESAS “MAIS SUSTENTÁVEIS” DO BRASIL NO GUIA EXAME DE SUSTENTABILIDADE	
<i>Denise Rugani Töpke</i>	
<i>Fred Tavares</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.87619260419</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>236</b>
PARÂMETROS DE COR DE FILMES À BASE DE FÉCULA DE MANDIOCA	
<i>Danusa Silva da Costa</i>	
<i>Geovana Rocha Plácido</i>	
<i>Katiuchia Pereira Takeuchi</i>	
<i>Myllena Jorgiane Sousa Pereira</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.87619260420</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>240</b>
PERCEPÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA MINIEMPRESA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO <i>CAMPUS ITAPINA</i>	
<i>Larissa Haddad Souza Vieira</i>	
<i>Stefany Sampaio Silveira</i>	
<i>Diná Castiglioni Printini</i>	
<i>Regiane Lima Partelli</i>	
<i>Hugo Martins de Carvalho</i>	

*Vinícius Quiuqui Manzoli*  
*Raphael Magalhães Gomes Moreira*  
*Lorena dos Santos Silva*  
*Fábio Lyrio Santos*  
*Sabrina Rodht da Rosa*  
*Raniele Toso*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260421**

**CAPÍTULO 22 ..... 247**

PHYSIOLOGY AND QUALITY OF 'TAHITI' ACID LIME COATED WITH  
NANOCELLULOSE-BASED NANOCOMPOSITES

*Jessica Cristina Urbanski Laureth*  
*Alice Jacobus de Moraes*  
*Daiane Luckmann Balbinotti de França*  
*Wilson Pires Flauzino Neto*  
*Gilberto Costa Braga*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260422**

**CAPÍTULO 23 ..... 258**

ÁREA: PARASITOLOGIA VETERINÁRIA PNEUMONIA VERMINÓTICA POR  
*Aelurostrongilusabstrusus* EM FELINO NA CIDADE DE SINOP- MT

*Kairo Adriano Ribeiro de Carvalho*  
*Felipe de Freitas*  
*Ana Lucia Vasconcelos*  
*Larissa Márcia Jonasson Lopes*  
*Ian Philippo Tancredi*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260423**

**CAPÍTULO 24 ..... 264**

PÓS-COLHEITA DE TOMATES CULTIVADOS EM SISTEMA CONVENCIONAL

*Gisele Kirchbaner Contini*  
*Fabielli Priscila Oliveira*  
*Rafaela Rocha Cavallin*  
*Júlia Nunes Júlio*  
*Carolina Tomaz Rosa*  
*Juliana Dordetto*  
*Juliano Tadeu Vilela de Resende*  
*Katielle Rosalva Voncik Córdova*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260424**

**CAPÍTULO 25 ..... 273**

POTENCIAL FISIOLÓGICO DE SEMENTES DE SOJA TRATADAS COM ZINCO

*Graziela Corazza*  
*Maurício Maraschin Neumann*  
*Gustavo Osmar Corazza*  
*Guido José Corazza*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260425**

**CAPÍTULO 26 ..... 288**

PRÉ-TRATAMENTOS COM ÁGUA E ÁCIDO INDOL-3-BUTÍRICO EM ESTACAS DE  
JABUTICABEIRA

*Patricia Alvarez Cabanez*

*Nathália Aparecida Bragança Fávaris*  
*Verônica Mendes Vial*  
*Arêssa de Oliveira Correia*  
*Nohora Astrid Vélez Carvajal*  
*Rodrigo Sobreira Alexandre*  
*José Carlos Lopes*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260426**

**CAPÍTULO 27 ..... 298**

PROCESSAMENTO DE IMAGENS PARA IDENTIFICAÇÃO DE DEFEITOS NO  
ARROZ

*Rita de Cassia Mota Monteiro*  
*Gizele Ingrid Gadotti*  
*Ádamo de Sousa Araújo*

**DOI 10.22533/at.ed.87619260427**

**SOBRE O ORGANIZADOR..... 307**

## O CONHECIMENTO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CIDADE “DORMITÓRIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

### **Daniel Lucino Silva dos Santos**

Universidade Federal de Goiás, graduando em engenharia de alimentos.

Goiânia – GO

### **Graciella Corcioli**

Universidade Federal de Goiás,

Escola de Agronomia, setor de Desenvolvimento Rural

Goiânia – GO

### **Yamira Rodrigues de Souza Barbosa**

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ)

Rio de Janeiro –RJ

**RESUMO:** O estudo tem como objetivo analisar a aplicação dos programas da Reforma Agrária e Pronaf como forma de desenvolvimento de zonas rurais, tendo como base revisão bibliográfica e realização de pesquisa empírica na cidade de Nerópolis, com a aplicação de 232 questionários para alunos de dois colégios públicos do Ensino Médio. Levantando discussões sobre a transição do rural ao urbano, novo rural e novas características que estão sendo atribuídas ao meio rural. Apenas 4% dos estudantes que fizeram parte da pesquisa residiam na zona rural, com relação ao conhecimento sobre a Reforma Agrária, entre os estudantes residentes na zona urbana, aproximadamente

27% tinham algum conhecimento sobre a Reforma Agrária, enquanto 73% não. O percentual entre estudantes das zonas rurais que desconheciam a Reforma é de 42%, enquanto 58% conheciam sobre o tema. Para 83% dos entrevistados os trabalhadores de suas famílias apresentam carteira assinada. Com as atividades predominante realizadas no campo, 80% criam animais, e 20 % agricultura. A utilização do Pronaf no município é de pouca predominância se comparado os números e valores de contratos dos outros municípios contidos na Região Metropolitana de Goiânia.

**PALAVRA-CHAVE:** PRONAF; Políticas para o desenvolvimento rural; Reforma Agrária.

**ABSTRACT:** This study aims to analyze the application of the Land Reforms programs and Pronaf as a way of developing rural areas based on literature review and conducting empirical research in Nerópolis city by applying 232 questionnaires for students from two public high schools. Raising discussions about the transition from rural to urban, new rural and new characteristics that are been attributed to the rural environment. Just 4% of the students that were part of the research lived in the rural area, with regard to knowledge about the Land Reform, among students living in urban areas, approximately 27% had some knowledge about Agrarian Reform, while 73% did not.

The percentage of students in rural areas who were unaware of the Reform is 42%, while 58% knew about the subject. For 83% of the interviewed, the workers in their families have a formal contract. With the predominant activities carried out in the field, 80% raise animals, and 20% agriculture. The use of Pronaf in the municipality has little predominance if compared the numbers and values of contracts of the other municipalities contained in the Metropolitan Region of Goiânia.

**KEYWORDS:** PRONAF; Agrarian Reform; Policies for rural development.

## 1 | INTRODUÇÃO

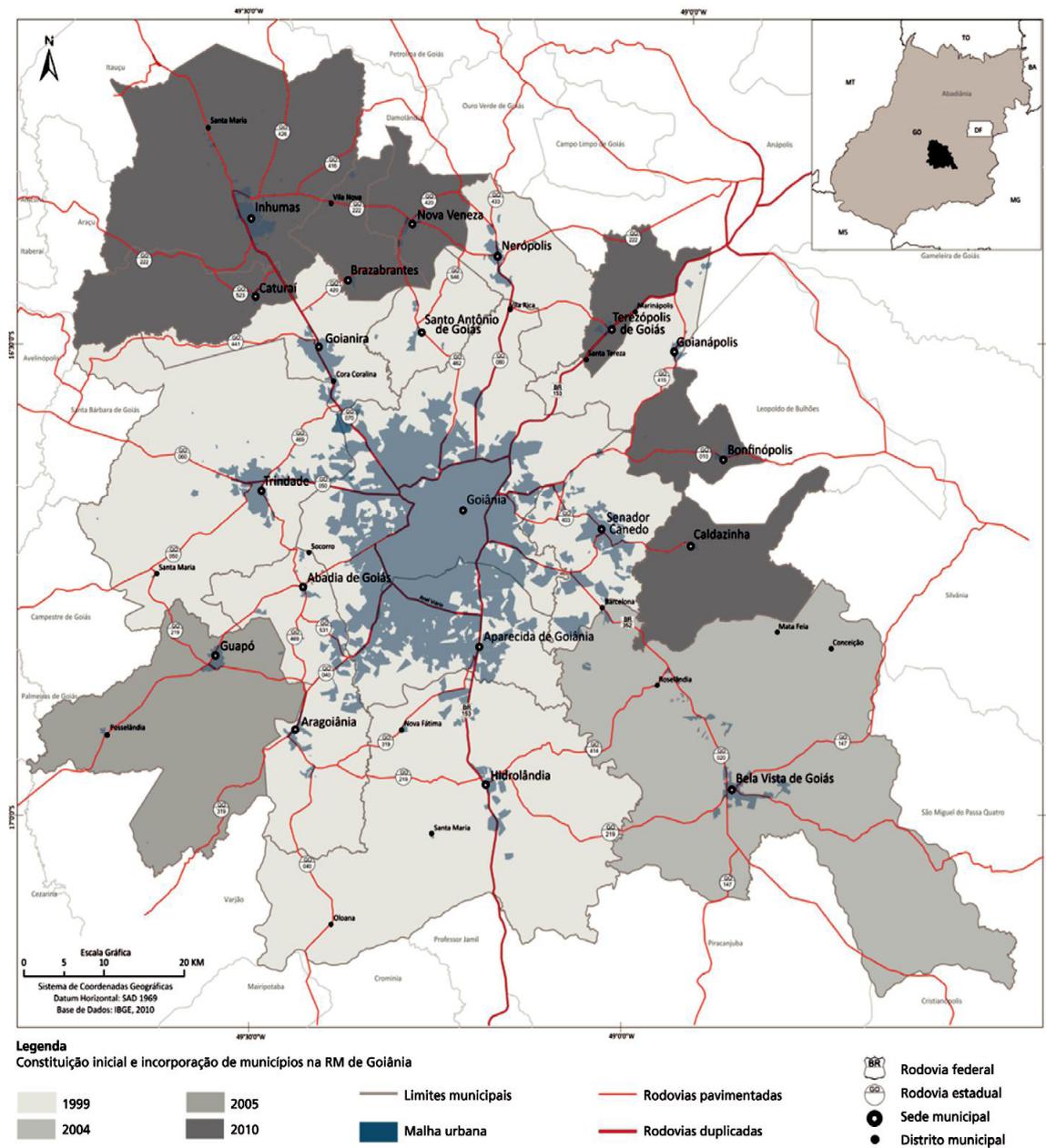
Nerópolis é um município do estado de Goiás, situado na Mesorregião do Centro Goiano, que se estende por 204,2 km<sup>2</sup> e conta com 27,341 habitantes, sua densidade demográfica é de 118,4 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município (IBGE,2015). O município faz limite com Ouro Verde de Goiás-GO, Anápolis-GO, Teresópolis de Goiás-GO, Goianápolis-GO, Goiânia-GO, Santo Antônio de Goiás-GO e Nova Veneza-GO.

A região atual de Nerópolis foi desmembrada do município de Pirenópolis-GO, em 1892, passando a pertencer a Santana das Antas (atual Anápolis-GO). A colonização do local contou com as famílias advindas de Anápolis-GO, estabelecidas próximas ao Ribeirão Capivara, sendo que foi feita a derrubada das matas para a produção agrícola. Em 1904, o povoado passou a condição de Vila, mas apenas em 1918 foi estabelecido, com a denominação de Cerrado, topônimo alterado em 1930, para Nerópolis em homenagem ao senador Nero Macedo. Em 3 de agosto de 1948, Nerópolis-GO foi desmembrado do município de Anápolis-GO. Porém sendo elevada à categoria de município em 1 de julho de 1960 (PREFEITURA, 2017).

As terras produtivas fizeram o município se tornar um grande produtor de alho e condimentos. A cidade já foi considerada a “capital do alho” do estado de Goiás. Hoje se destaca pela grande produção de doces, sendo chamada também de “cidade goiana do doce”.

A Região Metropolitana de Goiânia (RMG) foi criada pela Lei Complementar nº027 de dezembro de 1999. Atualmente, por meio da Lei Complementar nº 078 de 25 de março de 2010, a RMG passou a ser composta por 20 municípios, incluindo o Polo-Goiânia e a cidade de Nerópolis. É importante salientar que segundo os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios da RMG apresentam uma taxa de crescimento populacional de 3,0% ao ano, sendo superior à de Goiânia, que apresenta 1,79% de crescimento. As cidades periféricas da RMG, incluindo Nerópolis, a qual apresenta crescimento de 2,37% ao ano, são chamadas de “cidades dormitórios”, em que as pessoas moram, porém, resolvem seus problemas sociais e passam a maior parte de seu tempo na cidade Polo-Goiânia. Nerópolis-GO, pelos dados do censo de 2010, apresenta 95,5 % de taxa de urbanização, enquanto Goiânia-GO possui 99,6%. A polaridade exercida pela capital

Goiânia é resultado dos problemas e déficits sociais gerados nos municípios periféricos da região metropolitana, onde as pessoas moram nas cidades próximas a capital, porém trabalham e passam parte do dia na MetrÓpole (MOYSÉS, 2010).



**Figura 1:** RM de Goiânia: mudanças de composição, conforme lei completar (1999-2010).

Fonte: Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) da RM de Goiânia. Disponível em: <<https://goo.gl/qv27xK>>

Para estudo das populações rurais de Nerópolis é salientado as qualificações do município no estado e na região metropolitana. Uma das características do estado de Goiás é que, mesmo com a grande parte do crescimento populacional ter ocorrido em zonas urbanas, a população rural que em 2000 era 606.583 habitantes passou para 583.074 em 2010. Isso significou uma redução de 3,9% da população rural, porém, se comparado com o período de 1991/2000, a porcentagem é de 21,03% de redução, o que comprova a diminuição do êxodo rural no estado (IBGE,2010).

A média de crescimento anual da Região Metropolitana se mantém em 3,0%

desde o censo de 1980, sendo que a média da região periférica de Goiânia é superior à da metrópole, que apresenta 1,79% de crescimento. Verifica-se também que de 2000 para 2010, a periferia metropolitana estendeu-se de 37,3% para 40,1%, sendo que no Núcleo metropolitano ocorreu o inverso, tendo caído de 62,7% para 59,9%. A RMG, soma um contingente populacional de 2,173 milhões de habitantes (IBGE, 2010), estimado em 2016 em 2,458 milhões (IBGE, 2016).

Nestes aspectos de polarização de Goiânia com os municípios periféricos e de municípios que crescem mais que sua metrópole, e juntamente com a redução do êxodo das populações rurais, que são feitas análises voltadas para a identificação de como estes dados afetam e modificam as populações rurais. Neste contexto de novas características que podem ser atribuídas pela no meio rural torna-se importante proporcionar debates sobre esta relação de desenvolvimento das tecnologias com o meio rural e as características atribuídas as pessoas pertencentes a zonas rurais por esta nova modernidade. Contudo para a formulação de um perfil, fica ressaltado a necessidade de discussões para se pensar nas definições trazidas pelo desenvolvimento numa dimensão mais social, como as novas atribuições para o meio rural e definições de o que seria o rural propriamente dito.

## **2 | DESENVOLVIMENTO BIBLIOGRÁFICO**

### **2.1 Implicações para definição de áreas rurais no Brasil**

A consagração das definições de "rural" e "urbano" no Brasil veio pelo marco consubstanciado no Decreto-Lei nº 311, de 02 de março de 1938. Wanderley (2014) destaca que o Decreto Lei nº 311, rejeitou as antigas tradições a respeito do urbano-rural, sendo que o texto legal empunha exigências que deviam ser cumpridas pelas entidades municipais, no que se refere a limites físicos das áreas urbanas e suburbanas. Porém, o decreto rejeitou a condição urbana das cidades já reconhecidas antes de sua vigência, independentemente de sua complexidade.

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN) (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) os impostos municipais seriam arrecadados em áreas urbanas, e os federais em áreas rurais, fator que incentivou a expansão artificial de áreas urbanas, sendo que as cidades tinham dois respaldos jurídicos para a expansão quando se tem a condição urbana condicionada a melhoramentos e definição de "área de expansão urbana".

Para ser considerada urbana uma zona tem de dispor:

[...] pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público: I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; II – abastecimento de água; III – sistemas de esgotos sanitários; IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado" (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - artigo 32, parágrafo 1º).

Já em “áreas de expansão urbana” o urbano ficava desassociado com a complexidade de prestação de serviços. Segundo o Código Tributário:

[...] a lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - artigo 32, parágrafo 2º).

Nos dias atuais, a legislação vigente, que orienta as classificações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mantém a distinção entre áreas urbanizadas e não urbanizadas no interior das cidades e vilas. Cabendo ao próprio poder local, por meio das câmaras municipais, a prerrogativa de definir os recortes espaciais e os limites entre as áreas urbanas e rurais, periodicamente.

## 2.2 Novas definições e atribuições ao meio rural e urbano

A busca das raízes do rural e do urbano envolve amplas discussões e controvérsias entre autores. Entre as ideias de alguns deles, há a associação, quase que em consonância, entre o rural e o agrícola, que para alguns acabou por reduzir os estudos sobre sociologia rural à sociologia rural das atividades agrícolas e do seu desenvolvimento, já que muitos estudiosos se voltaram para as perspectivas das inovações tecnológicas. Porém, se analisada a definição do rural pelo ponto de vista da escassez, atraso, do natural e do agrícola, construiu-se uma sociologia com base mais na imagem criada pelos sociólogos rurais, em que a prioridade era promover a modernização do campo ao invés de se analisar como era o meio rural em si (MARTINS, 2000).

Assim, nas perspectivas de mudanças, uma ocupação fundamental é a definição de qual seria o significado, e as novas características atribuídas para os usos do rural-urbano, tendo em análise as transformações sociais, culturais e espaciais que ocorrem na atualidade dos espaços rurais e urbanos. Salientando que o espaço rural não está deixando de existir, apenas está tendo novas atribuições e novos significados (MARTINS 1986).

Nota-se o atributo habitual à grande parte das análises e abordagens sobre o rural, tendo a agricultura predominante no centro da organização das atividades sociais, tal como a relação com a natureza e a baixa densidade demográfica, que para alguns é responsável por relações sociais estruturadas no interconhecimento (MENDRAS, 1976).

Para Alentejano (2000) os estereótipos sobre o urbano e rural não são pertinentes, sendo que o rural não segue emoldado pelas características atribuídas às cidades. Por isto, a base das transformações sociais no rural é mais complexa do que apenas a eliminação do rural à sua modificação transitória em urbano, sendo o resultado de

uma complexa junção de diversidades de organizações sociais.

A redução da população agricultora como decorrência da modernidade estaria diretamente incluída aos processos de urbanização das localidades rurais e com a disseminação dos padrões de vida urbana, assim atestando o fim da especificidade que até então teria distinguido o rural do urbano. A urbanização seria, nesta análise, uma decorrência natural e inevitável da modernização (SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981).

No entanto, destaca-se a formulação de novas formas interpretativas com visão de que no meio rural não só podem ser analisadas as tendências ao seu esvaziamento social, econômico e cultural. Sendo adverso, pois as novas perspectivas positivas, o permitiu falar, em “renascimento rural” (KAYSER, 1990). Com a “nova ruralidade”, fica como questionamento o que está ocorrendo no meio rural, e o que esta significa, e se ela é totalmente um novo padrão do meio rural com novos costumes ou constatações sociais e econômicas em movimento no mundo rural.

Com as novas modalidades do rural, autores e colaboradores chamam a atenção para as mudanças no meio rural. Guanzioli (2001) destaca que a agricultura traz por resultado a redução relativa das ocupações agrícolas. No que diz respeito ao aumento das ocupações agrícolas em espaços rurais o autor cogita tendências novas, tais como a descentralização industrial e a expansão imobiliária em áreas rurais.

Constata-se também a restauração social e econômica de localidades rurais que deixaram de ser centradas em as atividades agrícolas, mas que mesmo mediante disso não passaram a se misturar com espaços urbanos. Acontecimento, designado de “renascimento rural” (KAYSER, 1990), assim faz-se negação tanto ao efeito de dualidade como também ao fim do mundo rural, ambos presumidos pelo modelo de modernização homogeneizadora. Porém, o estreitamento entre o rural e urbano ainda é aceito, prevendo as aproximações entre os modos de vida rural com os modelos urbanos.

Para Carneiro (2008) a oposição entre rural e urbano e suas novas configurações, orientam as classificações (conhecimentos) sobre o universo social e geofísico do meio rural. Portanto, é salientado para se priorizar as análises sobre como os indivíduos se incorporam em seus universos sociais e culturais. A autora ainda completa que:

No caso do rural, essa mediação cultural resulta em atitudes específicas dos indivíduos em relação a um território, seu patrimônio cultural e natural, e seus habitantes. As maneiras de se colocar num espaço reconhecido como “rural” variam também segundo a posição social dos indivíduos nesse sistema social cada vez mais heterogêneo. [...] as combinações possíveis são muito mais diversas que isso, não só em termos da origem social dos atores sociais, mas também de suas posições em relação ao território: há aqueles que moram no lugar, mas trabalham fora, os que trabalham no lugar e moram fora (os técnicos responsáveis pelos projetos de desenvolvimento rural, por exemplo), os que moram e trabalham no lugar, os que passeiam etc. (CARNEIRO, 2008 p.32).

Com este conjunto de reflexões é proposto acreditar que a ruralidade é um

processo dinâmico que passa por constante reestruturação dos elementos da cultura local, diante da junção com novos hábitos e valores, sendo que ela está cada vez mais diversificada e com maior número de atores que modificam sua estrutura. Tendo como visão todos os fatores modificadores, Alentejano (2003) conclui que rural e urbano ganham novas características, e ainda ressalta que:

[...] os tradicionais estereótipos que definiriam campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isto não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuídas às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia levar à tentação de se dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais (ALENTEJANO, 2003 p.10).

Um exemplo das novas formas de atribuições ao meio rural é a transformação de espaços rurais em áreas de lazer, muitas das vezes estimulada pelo turismo sendo uma das grandes formas de incentivo a este novo cenário do meio rural. Esta nova conexão tem por característica as dinâmicas de troca de particularidades entre campo e cidade, o que faz uma recolocação dos termos dessa nova dualidade (KAYSER, 1990).

### **2.3 Reforma Agrária no Brasil e PRONAF**

A Reforma Agrária segundo Stédile (2012) pode ser entendida como um programa governamental que busca a democratização de propriedade de terras na sociedade, destruindo-as a todos que queiram as fazer produzir.

Tendo em vista as grandes concentrações de terras no Brasil e a base estrutural latifundiária, Oliveira (2007) destaca que:

A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações (OLIVEIRA, 2007 p.67).

Segundo o INCRA (2011) o objetivo da reforma agrária é promover melhor distribuição de terra atendendo os princípios de justiça social e desenvolvimento rural sustentável. Para Fernandes (2008) a reforma agrária no Brasil, de fato nunca chegou a ocorrer para os sem-terra, sendo que a maior barreira das políticas de distribuição de terras é o agronegócio, tendo em vistas as disputas territoriais nas fronteiras agrícolas.

A questão agrária sempre esteve relacionada aos estudos sobre a concentração de terras, explicando a organização e posse das terras. Para Martins (1999) uma política de reforma agrária tem dependência dos conhecimentos prévios das questões agrárias para o qual ela é uma resposta.

É evidente que há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la (MARTINS, 1999, p. 102).

Segundo Alentejano (2003), para que a reforma agrária retome seu papel de política de transformação sócio espacial precisa-se pensar na Reforma como um instrumento estratégico ao combate às desigualdades estruturais, causadas tanto pelas transformações diretas no meio rural, como pelas indiretas, como qualidade de vida nas cidades.

Ferreira (2002) sustenta que os desafios contra o combate à exclusão social são abundantes, tais como: o estímulo à cooperação ao exercício a solidariedade, fazendo assentamentos com visão de bem comum da sociedade; busca de modelos de desenvolvimento sustentável, que gere alimentos e renda suficientes para a garantia de qualidade de vida para a população; recolocação do debate acerca da melhor forma de titulação da terra.

Goiás é o estado mais populoso do Centro-Oeste Brasileiro com 6.610.681 (seis milhões seiscentos e dez mil seiscentos e oitenta e um) habitantes, tendo 90% da sua população residindo em espaços urbanos. Estando entre os dez estados mais ricos do País, a sua principal atividade é a agropecuária, que contribui com 12,7% da renda gerada no estado, sendo que deste total 7,8% provém da agricultura. Sua produção de grãos em 2015 foi de 19.577.125 (dezenove mil quinhentos e setenta e sete mil cento e vinte e cinco), participando em 9,23% da produção nacional (IBGE, 2016).

De acordo com os dados do INCRA (2016), as terras para fins de reforma agrária, foram adquiridas principalmente por meio de desapropriação de terras. Dos 419 assentamentos adquiridos no Estado, apenas 10,77% deste total foram obtidos por compra e venda.

A maioria das terras adquiridas pelo INCRA por meio de compra e venda situa-se no Norte goiano, com 23 (vinte e três) assentamentos; seguindo o Oeste Goiano com 9 (nove); o Sudeste Goiano com 4 (quatro); e o Entorno do Distrito Federal com 2 (dois). As demais regiões (Região Metropolitana, Centro, Nordeste, Sul) possuem apenas 1 (um) assentamento, e a região Sudoeste não tem nenhum adquirido por compra e venda.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Goiás tem 88.436 estabelecimentos familiares ocupando 3.329.630 hectares. Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do total de estabelecimentos familiares, 22.229 estão localizados nos 421 assentamentos do estado, ocupando área total de 1.079.609 hectares. Em área plantada, os agricultores familiares têm 59 mil hectares de lavoura permanente, 178 mil hectares de lavoura temporária e 1,5 milhões de hectares de pastagem em boas condições. Na produção anual de

alimentos pelos agricultores familiares destaca-se a produção de leite de vaca, 886 mil litros (IBGE, 2009).

A formulação e implementação de políticas públicas, que por meio de diversificações e qualificações para os pequenos produtores vêm ganhando ênfase nas últimas décadas (Grisa e Schneider, 2015).

Para Gazolla e Schneider (2013) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), é considerado um marco para o início de inclusão dos pequenos produtores a crédito de mais fácil acesso, tendo em vista a grande reivindicação de políticas públicas, por movimentos ligados a terra que sejam ligadas a produção familiar.

Sousa e Valente Junior (2006) pontuam que a aquisição de novas tecnologias por meio de financiamentos, e a concessão de crédito para pequenos agricultores, com taxas de juros menores, além de aumento de produção, também funcionam como incentivo para aquisição de máquinas, turismo rural e compra de alimentos básicos, promovendo o desenvolvimento econômico do campo.

Aquino e Schneider (2010) aponta o PRONAF com finalidade de combate as várias formas de diferenças sociais regionais, tendo que que programa promove o estímulo a modernização das tecnologias empregadas por agricultores familiares.

### 3 | MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa, ocorrida em novembro de 2017, na cidade de Nerópolis, no estado de Goiás, na região metropolitana de Goiânia envolveu a utilização de questionários com 232 estudantes do ensino médio de dois colégios estaduais da cidade de Nerópolis-GO. A pesquisa foi dividida entre entrevistas com os estudantes que residiam na zona rural e questionários com os estudantes que residiam na cidade, portanto, os dados aparecem de maneira separada.

A escolha das escolas estaduais onde foram feitas as pesquisas teve como base o fato de serem escolas que possuem Ensino Médio. Portanto, os estudantes possuem aulas específicas de sociologia. Esse aspecto foi essencial, já que nos questionários e entrevistas os estudantes foram indagados sobre questões que deveriam ser discutidas nesta disciplina.

Com os estudantes que moram em zona urbana questionou-se sobre os seus conhecimentos sobre a Reforma Agrária no Brasil; possível mobilidade da família entre o campo e a cidade e ponto de vista sobre a modernização atual do campo. Com os estudantes que residem na zona rural foram realizadas entrevistas, onde se questionou também sobre o conhecimento sobre a Reforma Agrária no Brasil; quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar e respectivas faixas etárias; quantidade de trabalhadores pertencentes ao núcleo familiar que possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada; atividade realizada no meio rural

e por fim, visão sobre a modernização do campo.

Os dados de utilização do Pronaf, foram obtidos através de pesquisa no banco de dados do Banco Central do Brasil, tendo sido analisados dados de utilização do programa no município de Nerópolis, como quantidade de contratos agrícolas e pecuários e valores de respectivos no período de 2014 a 2017.

#### 4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

O primeiro parâmetro da pesquisa é relativo à quantidade de poluição rural do município de Nerópolis-GO. Apenas 4% dos estudantes que fizeram parte da pesquisa residiam na zona rural, número bem próximo dos 5% da população rural do município, segundo os dados do Censo ANO.

Com relação ao conhecimento sobre a Reforma Agrária, entre os estudantes residentes na cidade, aproximadamente 27% tinham algum conhecimento sobre a Reforma Agrária, enquanto 73% não. O percentual entre estudantes das zonas rurais que desconheciam a Reforma é de 42%, enquanto 58% conheciam sobre o tema. Índices extramamente baixos, que podem estar relacionados com a falta de aplicações de programas da Reforma Agrária em áreas rurais e também com as taxas de analfabetismo juntamente com o nível de escolaridade das populações entrevistadas.

Entre os estudantes que residem na cidade, com relação à existência de familiares que moram no campo, bem como o possível hábito de realizar visitas/passeios em zonas rurais, 77% tem familiares que moram no campo e 79% costuma fazer visitas a zonas rurais.

Com relação aos estudantes que moram em zonas rurais, foi questionado se trabalhadores do seu núcleo familiar possuem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada. Para 83% dos entrevistados os trabalhadores de suas famílias apresentam carteira assinada.

No que se refere ao perfil etário das famílias dos estudantes entrevistados que moram em zonas rurais, nota-se uma diminuição da população com mais de 50 anos se comparado os dados obtidos na pesquisa com os dados do censo do IBGE de 2010. Os dados do IBGE mostram que em 2010, 21% da população rural tinham faixa etária de 15 a 24 anos; 29% apresentava mais de 50 anos; e 50% tinham outras faixas etárias. Na pesquisa, 12% representa a população com mais de 50 anos e 36% tinham de 15 a 24 anos.

Por fim, para os estudantes que moram em zonas rurais, perguntou-se sobre a atividade predominante realizada pela família, sendo a criação de animais a atividade mais realizada no campo, tendo como resultado que 80% das pessoas realizam a criação de animais e 20% praticam a agricultura.

Em pesquisa realizada com 144 agricultores familiares dos dezesseis municípios pertencentes ao Território Vale do Rio Vermelho, Medina, Camargo e Silvestre (2018)

verificaram que 139 criavam gado; 24 têm fruticultura e 9 fazem horticultura. Concluindo que mesmo com o grande potencial de desenvolvimento rural, os agricultores têm sistemas de produção pouco diversificados, tendo grande concentração em torno da pecuária leiteira.

O fato das terras dedicadas para a reforma agrária estarem concentradas no norte e nordeste do estado pode estar associado a forma como a reforma agrária vem sendo executada no Brasil, onde a cobrança da função social está ligada com o aspecto produtivo relacionado a pecuária extensiva. Tanto que áreas ocupadas com a produção de grãos sofreram menos impacto da reforma agrária, demonstrando que a função social não é um limitador do agronegócio.

Quanto a quantidade de contratos acessados pelo Pronaf no município de Nerópolis-GO, têm-se por predominância contratos para pecuária desde 2015, mas que se comparados números de acesso e valores de contratos de outras cidades da RMG, nota-se uma baixa utilização do programa na cidade de Nerópolis-GO.

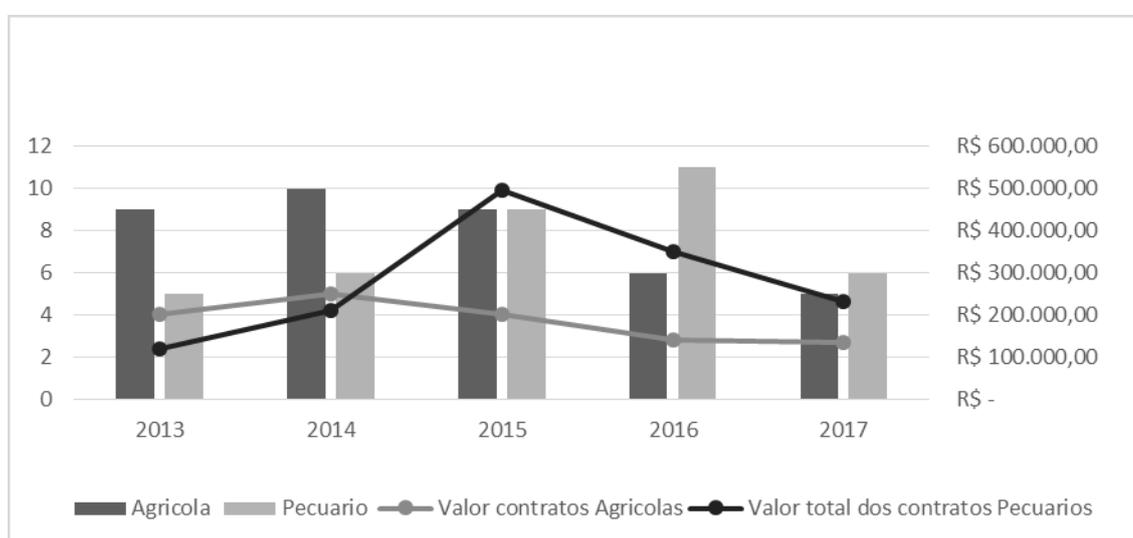


Figura 2 Número e valor de contratos por atividade no município de Nerópolis 2013-2017.

Fonte: 1: Banco Central do Brasil. Acesso em :<<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/n/CREDRURAL>>.

Para Sant'Anna e Ferreira (2006), com o maior acesso ao Pronaf e maior disponibilidade de crédito rural aumenta-se os instrumentos em relação a melhoria e aumento da produção no campo, proporcionando crescimento da renda agrícola e desenvolvimento no meio rural.

Bianchini (2015) ao analisar da aplicação do Pronaf em seus em seus anos de atuação, ressalta os vários avanços que o fornecimento de crédito aos agricultores proporcionou com a consolidação do programa como uma política pública para o desenvolvimento rural. Entretanto ressalta as dificuldades, em termos de transformação e aplicabilidade correta de recursos de crédito no campo.

O acesso ao crédito deve estar associado a outras condições para possibilitar a superação das dificuldades que caracterizam o meio rural familiar, os agricultores com dificuldades de acesso a informação. Necessitando de avanço em relação às

linhas específicas de financiamento do programa, buscando maior atenção aos grupos fragilizados (SPANVELLO; MATTE; BOSCARDIN, 2016).

Paula (2017) observa que apenas a disponibilidade de crédito não é suficiente, sendo necessários mecanismos que garantam a qualidade dos produtos produzidos por produtores rurais tendo desenvolvimento de programas de comercialização diferenciados, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que promovam a produção de alimentos saudáveis por agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento da agricultura.

## 5 | CONCLUSÃO

Com análise da pesquisa que a quantidade de moradores em áreas rurais (4,5%) era o esperado com base nos censos dos últimos anos. O conhecimento sobre Reforma Agrária e políticas públicas para o desenvolvimento rural é muito baixo entre os alunos, tanto com os que moram em área rural e também área urbana, tendo em vista o possível contato dos alunos de ensino médio com os conteúdos deste contexto. O PRONAF é pouco acessado no município, tendo assim, menos investimentos nas produções dos agricultores da cidade de Nerópolis.

## REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Movimentos sociais: multiplicidade teórica e metodológica. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v.2, n.21, p.25-39, jul. / dez. 2003.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.87-112, 2000.
- AQUINO, Joacir Rufino de; SCHNEIDER, Sergio. (Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1, Natal-RN, 2010. **Anais...** Natal-RN, 2010.
- BARRETTO, M. **Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica**. Campinas, (SP): Papyrus, 2001.
- BIANCHINI, Valter. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.
- BRASIL. Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional**.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA.Histórico da questão agrária**. 2011. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> Acesso em 25/03/2018.
- CARNEIRO, M. J. (2008). "rural como categoria de pensamento". **Revista Ruris**, 2,1,9-38.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude. Les usages urbains de l'espace rural: du moyen de production à l'usage de

récréation. **Revue Française de Sociologie**, Paris, n. XXI, 1980.

DELGADO, N. et al. Tipologias de ruralidades em agências multilaterais e organismos internacionais selecionados. In: MIRANDA, C.; SILVA, E. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea – as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2014. [Série Desenvolvimento Rural Sustentável n. 21].

**Densidade demográfica**: IBGE, Censo demográfico 2010, Área territorial brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

FERNANDES, B. M. O MST e as reformas agrárias do Brasil. In: Debates Movimientos sociales: Argentina, Bolivia, Brasil, México y Paraguay. **Revista OSAL** Ano IX Nº 24 – 2008.

FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 18, abr.2002.

GAZOLLA, Marcio. A diversidade da agricultura familiar. In: SCHNEIDER, Sergio. (Org.). **O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006, p. 82-103.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. In: **Anais do XXXIV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Aracaju: Sober, 1996, v. 2, p. 71-90.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (Orgs.). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agro-pecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/DgHt9i>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

IBGE. Número de estabelecimentos e Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total em Goiás- série histórica, 2016 Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao#series-temporais>>. Acessado em: 31/03/2018.

INCRA. Reforma Agrária. 2016. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria)>. Acesso em: 30/03/2018.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

LIMA, Livia M. G. Turismo cultural e o campo da educação não formal no meio rural paulista. **Revista Cultura e Turismo**, Bahia. V.9, n.2, 2016.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária - o impossível diálogo sobre a História possível**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000.

MEDINA Gabriel, CAMARGO Ricardo, SILVESTRE Wender. **Retrato da agricultura familiar em Goiás: relevância, sistemas de produção e alternativas para sua consolidação**. In: Agricultura familiar em Goiás: lições para o assessoramento técnico [Recurso eletrônico] / Gabriel Medina (Org.). – 4. ed. – Goiânia: Editora UFG, 2018.

MENDRAS, Henri. **La findespaysans**. Paris: Colin, 1976.

MOYSES, Aristides; BORGES, Elcileni M. e CUNHA, Débora F. O estado de Goiás e a Região Metropolitana de Goiânia no Censo 2010. **Boletim do Observatório das Metrôpoles/INCT-CNPq**. Ano III, nº 196, p. 8-9, 27 de janeiro de 2018. In: [www.observatoriodasmetropoles.net](http://www.observatoriodasmetropoles.net);

NAVARRO, Z. **O mundo rural no novo século (um ensaio de interpretação)**. In: VIEIRA FILHO, J. E. R. ; GASQUES, J. G. (Org.). Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 25-63.

PREFEITURA (Nerópolis). História do município de Nerópolis.2017. Disponível em:<<http://www.neropolis.go.gov.br/sobre-o-municipio/historia-de-neropolis/>>. Acesso em: jan. 2018, 17:31:30.

PAULA, M. M. de; OLIVEIRA, A. L. SILVA, J. L. G. **Promoção da saúde e produção de alimentos na agricultura familiar**. Revista Interação Interdisciplinar, v. 01, n. 01, p.50-67, 2017.

**População estimada:** IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência, 1º julho, 2017.

SANT'ANNA, André Albuquerque; FERREIRA, Francisco Marcelo Rocha. **Visão do desenvolvimento**. Crédito Rural: da especulação a produção. Brasília: BNDES, 2006.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SOUSA, Jânia Maria Pinto; VALENTE JUNIOR, Airton Saboya. Análise das liberações dos recursos do Pronaf: descentralização das aplicações de rural? In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44 anos, Fortaleza, 2006. **Anais...** Fortaleza, 2006. 1 CD-ROM.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Polis – **Revista Latinoamericana**, v. 44, 2016.

STEDILE, J. P. Cadê a Reforma Agrária?2012. Disponível em <http://www.mst.org.br/> Acesso em jan.2018.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do estado do Rio de Janeiro**. 1998. Dissertação(Mestrado) – Seropédica, CPDA/UFRRJ.

WANDERLEY, M. N. B.: FAVARETO, A. A singularidade do rural brasileiro-implicações para as tipologias territoriais e a elaboração de políticas públicas. In: MIRANDA, C.; SILVA, E. (Orgs.). **Concepções da ruralidade contemporânea – as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, 2014. [Série Desenvolvimento Rural Sustentável n. 21].

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**Alan Mario Zuffo** - Engenheiro Agrônomo (Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/2010), Mestre em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal do Piauí – UFPI/2013), Doutor em Agronomia – Produção Vegetal (Universidade Federal de Lavras – UFLA/2016). Atualmente, é professor visitante na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS no Campus Chapadão do Sul. Tem experiência na área de Agronomia – Agricultura, com ênfase em fisiologia das plantas cultivadas e manejo da fertilidade do solo, atuando principalmente nas culturas de soja, milho, feijão, arroz, milheto, sorgo, plantas de cobertura e integração lavoura pecuária. E-mail para contato: alan\_zuffo@hotmail.com

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-287-6

